
O Monitor de AN^o4

novembro de 2012

O Monitor de Angola aborda a política, economia, desenvolvimento, democracia e direitos humanos em Angola. É publicado trimestralmente pela Ação pela África Austral (ACTSA, sigla em inglês).

Esta edição cobre as recentes eleições parlamentares, incluindo os questionamentos levantados por partidos de oposição sobre o processo; o resultado das eleições e a promessa do Presidente José Eduardo dos Santos de implementar melhorias sociais após o pleito. Também relatamos avisos do FMI sobre as vulnerabilidades econômicas do país; o lançamento de um fundo soberano; manifestações contínuas; tentativas do governo de erradicar a poliomielite e a reação à seca.

A edição também está disponível em inglês. Mensagens de nossos leitores são bem-vindas. Por favor envie comentários para campaigns@actsa.org. Para mais notícias e informações sobre Angola e a África austral, visite o sítio do ACTSA: www.actsa.org.

Política

MPLA retém maioria

Em 31 de agosto, os angolanos foram às urnas para votar na terceira eleição geral desde a independência do país em 1975. O pleito elegeu os 220 representantes na Assembleia Nacional do país: 130 deles foram eleitos pelo sistema de representação proporcional das listas de partidos nacionais, enquanto noventa foram escolhidos de dezoito distritos eleitorais provinciais, cada um representado por cinco assentos. Um feriado nacional foi decretado para dia das eleições; 10.349 sessões eleitorais foram abertas pelo país durante doze horas e meia. O comparecimento às urnas foi de 63,7 por cento dos eleitores, uma redução em comparação com 2008 quando o número de votantes ficou em 87 por cento.

Nove partidos disputaram a eleição; dezoito foram proibidos de participar pelo Tribunal Constitucional. O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) recebeu quase 72 por cento dos votos, um queda de dez por cento desde 2008. A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) ficou em segundo lugar, com dezenove por cento dos votos, o que representa um aumento de nove por cento desde 2008. Em terceiro ficou a Convergência Ampla de Salvação de Angola-Coligação Eleitoral (CASA-CE), lançada em maio, com seis por cento dos votos. O Partido de Renovação Social (PRS) recebeu 1,7 por cento dos votos; a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), 1,13 por cento e o partido Nova Democracia (ND) teve 0,23 por cento.

O período de campanha oficial teve início em 1 de agosto, entretanto, os partidos já haviam começado suas campanhas muito antes. Em uma tentativa de neutralizar as críticas de que a riqueza do país permanece nas mãos de uma pequena elite, o MPLA fez sua campanha sob o mote "Para Angola crescer mais e distribuir melhor". É alegado que a campanha custou mais de US\$75 milhões. O partido prometeu continuidade baseada em sua experiência em governar o país há três décadas e emitiu um plano de governo para o período 2012-2017, ao invés de um manifesto, sugerindo sua confiança na vitória. A UNITA lançou seu manifesto de campanha em 27 de julho, prometendo a elevação do salário mínimo para US\$500 por mês e o combate à corrupção, pobreza e focalização sobre a liberdade de expressão. A CASA-CE defendeu a geração da prosperidade, investimento em serviços e aumento no salário de servidores públicos. Em sua breve existência o partido teve êxito em angariar apoio rapidamente, especialmente do movimento jovem. Também conseguiu apoiadores famosos, incluindo o editor do jornal Folha 8, William Tonet.

A União Africana (UA) observou a eleição com uma equipe de 30 membros liderada por Pedro Verona Pires, antigo presidente da República do Cabo Verde. Missões de observadores da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC, sigla em inglês) e da Comunidade dos Países de Língua

Portuguesa (CPLP) também foram enviadas ao país. A UA descreveu as eleições como "livres, justas, transparentes e credíveis" e congratulou a comissão eleitoral de Angola, a Comissão Nacional Eleitoral (CNE), partidos políticos e eleitores por sua maturidade política. Porém, levantaram questões sobre a dificuldade de obtenção de credenciamento para os observadores, e sobre o fato de que os partidos e candidatos não tiveram o mesmo acesso à mídia. Leonardo Simão, chefe da missão de observação da CPLP disse que "Não testemunhamos nenhum caso de coerção ou intimidação. As pessoas votaram com liberdade em todo país". Os Estados Unidos considerou que o pleito foi bem gerenciado, mas disse que "questões importantes" foram levantadas por partidos de oposição.

Partidos de oposição política se manifestaram contra o processo eleitoral em antecipação ao pleito. A UNITA fez um apelo para o adiamento do voto até o próprio dia das eleições, porém, suas solicitações para encontrar o Presidente José Eduardo dos Santos não foram atendidas. Dentre os pontos levantados estão a falta de transparência no processo; a demora na publicação do registro eleitoral; a alocação de sessões eleitorais situadas a quilômetros de distância das moradias de grande número de eleitores; alegações de fraude eleitoral; demoras ou falhas no credenciamento de observadores pertencentes a partidos, sociedade civil e corpo diplomático e o emprego de pessoal de segurança em sessões eleitorais.

No dia do pleito, muitas das apreensões da oposição realizaram-se. A abertura de diversas sessões eleitorais foi adiada em ao menos uma hora. Milhares de pessoas não tinham certeza sobre onde deveriam votar, ou não conseguiam localizar seus nomes nas listas oficiais. Diversos observadores tiveram acesso negado às sessões eleitorais e muitos foram presos em Luanda após tentarem entrar no edifício da Comissão Nacional Eleitoral (CNE) para exigir seus credenciamentos para poderem observar a votação.

William Tonet, candidato para a CASA-CE disse que a polícia em frente ao edifício da CNE disparou tiros para restringir dezenas de jovens apoiadores da CASA-CE que se aproximavam do local. Aproximadamente uma dezena de afiliados ao partido foram detidos pela polícia, mas ninguém se feriu durante o incidente, segundo Tonet. "Íamos à CNE para exigir credenciamento para os nossos filiados", disse Tonet, acrescentando que das 6.850 credenciais solicitadas pela CASA-CE, a comissão eleitoral liberou somente 3 mil.

Elias Isaac, da Open Society Initiative of Southern Africa (OSISA), declarou que "Milhares de pessoas estão sem conseguir votar... O sistema foi criado para excluir as pessoas, ao invés de incluir o maior número possível".

Reclamações feitas pela UNITA, CASA-CE e PRS foram entregues à Comissão Nacional Eleitoral (CNE), porém, foram rejeitadas. Os recursos foram ouvidos pelo Tribunal Constitucional em 19 de setembro. Os três partidos protestaram que o voto não foi crível devido às irregularidades e discrepância na apuração. O principal tribunal de Angola rejeitou os recursos dos três partidos, esgotando suas chances de desafiar o resultado das eleições. O juiz Rui Ferreira declarou que "O Tribunal Constitucional terminou sua avaliação dos recursos sobre as eleições e concluiu que são improcedentes... Declaramos que as eleições foram livres, transparentes, universais e justas. Consequentemente, a eleição e seus resultados são válidos e o Presidente da República eleito, o vice-Presidente da República eleito e os deputados eleitos devem ser investidos nas suas respectivas funções".

Os resultados se traduzem em 175 assentos para o MPLA, uma queda de 16 em comparação com 2008, mas que ainda assegura seu controle sobre o Parlamento. A UNITA aumentou sua presença de 16 para 32 assentos. A CASA-CE conquistou oito assentos, o PRS perdeu cinco assentos e agora possui três, a FNLA perdeu um de seus três assentos e o ND perdeu ambos de seus dois assentos. Mulheres conquistaram 34 por cento dos assentos (75).

José Eduardo dos Santos, líder do partido com maior número de assentos no parlamento, segue como presidente. Sua posição foi aprovada pelo parlamento em 27 de setembro, pouco antes de ser empossado em 3 de outubro. Ele é presidente de Angola desde 1979 e presidente do MPLA desde 1975. Como segundo da lista, Manuel Vicente, antigo presidente da Sonangol, foi eleito vice-presidente. Caso José Eduardo dos Santos renuncie ao cargo, será seu sucessor. Sua recente indicação para o alto escalão do MPLA e sua rápida promoção tem sido objeto de controvérsia para alguns no partido. A próxima eleição legislativa deverá acontecer no final de 2016, enquanto as eleições municipais são esperadas para 2013 ou 2014.

MPLA se mantém em Cabinda apesar de inquietações sobre tensão

Receios que Cabinda poderia tornar-se um ponto de tensão durante as eleições não foram realizados. Muitos temiam que tensões no enclave, rico em petróleo, aumentariam com tentativas dos grupos de oposição em utilizar o pleito para conseguir colocar a independência na pauta do governo. Em junho o jornal pertencente ao governo, Jornal de Angola, publicou entrevistas com antigos soldados da Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) nas quais denunciaram a FLEC e seus líderes e compararam as condições nos acampamentos da organização na RDC e Congo aos campos de concentração. A mídia também focalizou a organização da sociedade civil, Mpalabanda, atualmente banida, acusando-a de financiar a FLEC. Com a aproximação das eleições o governo não respondeu aos apelos do presidente da FLEC, Nzita Tiago, de iniciar um processo de diálogo. Em 2 de junho, Mawete João Baptista, governador de Cabinda, foi exonerado pelo presidente, algo que foi interpretado como uma tentativa de segurar os votos do MPLA no enclave. Baptista foi sucedido pela vice-governadora, Aldina Matilde Barros Dalomba. O MPLA conquistou 59,4 por cento dos votos em Cabinda.

Presidente promete melhorias sociais

Em seu discurso de posse, o presidente José Eduardo dos Santos declarou que o governo iria "...dedicar mais recursos à melhoria das condições sociais das pessoas, famílias, especialmente daquelas que têm pouco ou quase nada para sobreviverem". Enquanto o MPLA afirma que os níveis de pobreza foram reduzidos de 68 por cento da população em 2003 para 39 por cento em 2009, sua campanha reconheceu que é preciso fazer mais, especialmente para enfrentar a falta de oportunidades de emprego para os jovens. Markus Weimer da Chatham House (instituição do Reino Unido que se dedica aos assuntos internacionais), disse que "Além de boas políticas públicas, o sucesso deste empenho dependerá de perseverança, tenacidade e acompanhamento. Sistemas governamentais com bom funcionamento e eficiência serão a chave para a sustentabilidade e obtenção de resultados".

Economia

FMI alerta sobre vulnerabilidade econômica

Após as consultas do Artigo IV com Angola em julho, o FMI liberou as conclusões de seu Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP, sigla em inglês), feito em conjunto com o Banco Mundial. É argumentado que a supervisão do setor bancário é fraca e que não se faz cumprir devidamente as regras que governam o setor; a dolarização segue alta, a grande proporção do setor petrolífero torna o setor financeiro vulnerável às mudanças de preço e produção e a grande presença de bancos estrangeiros (que respondem por quarenta por cento das transações) aumentou a vulnerabilidade em relação a crise do Euro.

O FMI instou o governo a aumentar a supervisão do setor bancário, assegurar que o setor se prepare para pagar empréstimos devidos e a construir um fundo de estabilização para proteger a economia do processo volátil do petróleo.

A consulta do Artigo IV prevê um aumento no crescimento do PIB real para sete por cento, a despeito do impacto da seca sobre o setor agrícola e o recente declínio no valor do petróleo. Também enfatizou o impacto econômico positivo do aumento de investimento proposto em infraestrutura, especialmente em construção, energia e transporte.

Governo lança Fundo Soberano

O governo lançou o Fundo Soberano de Angola (FSDEA) em meados de outubro para aumentar as reservas e investir em novos projetos de desenvolvimento. O fundo de US\$ 5 bilhões substituiu o Fundo

Petrolífero, estabelecido em março de 2011, cuja intenção era desenvolver projetos relacionados ao tratamento e distribuição de água e à eletricidade, mas que não efetuou investimento algum. Enquanto o novo fundo prometeu ater-se aos "princípios de Santiago" definidos pelo grupo de trabalho de fundos soberanos internacionais, questionamentos foram levantados sobre a nomeação do filho do presidente José Eduardo dos Santos, José Filomeno de Sousa dos Santos, ao conselho do fundo. O filho do presidente, anteriormente empregado pela Glencore e dono parcial do banco de investimentos Banco Kwanza, defendeu-se dizendo que "Durante a maioria da minha vida profissional, me envolvi em negócios no setor dos seguros e bancário e fiz coisas muito semelhantes ao que se pretende no fundo, então vejo isso mais como uma progressão que uma consequência de ser filho de um presidente". O novo fundo investirá o equivalente de 100 mil barris de petróleo por dia em mercados financeiros globais para construir as reservas do país. Também investirá em projetos domésticos para estimular e diversificar a economia do país para além do petróleo, com um foco sobre a infraestrutura e a indústria da hospitalidade, em tentativa de gerar empregos. O fundo é gerenciado pela empresa Quantum Global Investment Management, em Zurich. Armando Manuel, presidente do conselho, declarou: "Angola é rica em recursos naturais, mas entendemos que estes são finitos e portanto torna-se imperativo que a riqueza gerada por eles seja utilizada para apoiar o desenvolvimento social e econômico do país". A UNITA questionou o funcionamento do fundo. O porta-voz Alcides Sakala disse: "Precisamos conhecer os detalhes de como isto irá funcionar; os parlamentares deveriam participar das discussões acerca de uma instituição de tamanha importância".

Sonangol aumenta investimento em banco português Millennium

A petrolífera estatal angolana Sonangol aumentou seu investimento no maior banco português, Millennium bcp, para 15,08 por cento após comprar mais quarenta milhões de ações em 15 de outubro. A compra é a última em uma série de grandes investimentos realizados por investidores angolanos em empresas portuguesas desde o início da crise financeira de Portugal.

Direitos Humanos

Protestos continuam

Manifestações continuaram no período que antecedeu as eleições, entretanto, em menor escala do que muitos haviam previsto. No início de agosto, a Human Rights Watch lançou um relatório intitulado "Angola: parar de reprimir a liberdade de expressão" no qual faz um apelo ao governo para melhorar os direitos humanos à frente das eleições. Leslie Lefkow, vice-diretor de assuntos africanos para a entidade, disse: "O governo angolano precisa parar de tentar impedir protestos pacíficos, de amordaçar a imprensa livre, de utilizar a mídia estatal para propósitos partidários se estas eleições realmente forem ter significado". A instituição repetiu seus apelos na reunião de cúpula anual de chefes de estado na SADC em agosto, em Maputo, para exercer pressão sobre o governo angolano. Daniel Bekele, diretor de assuntos africanos da entidade, declarou: "O ambiente de direitos humanos em Angola, com a rápida aproximação das eleições, não conduzirá para um pleito livre, justo e pacífico... O governo angolano está garantindo que o voto não será justo".

Houveram relatos de confrontos violentos entre membros da UNITA e MPLA em áreas rurais das províncias de Benguela e Huambo, sendo que alguns foram fatais. Em 28 de julho duas pessoas foram mortas e dez ficaram feridas quando um comício da UNITA na cidade de Kapupa, na província de Benguela, tornou-se violento. A UNITA alega que a violência ocorreu quando membros do MPLA que estavam armados tentaram se juntar ao encontro e foram barrados. Em 9 de agosto o MPLA acusou a UNITA, CASA-CE e PRS de ajudarem veteranos de guerra planejarem protestos para se opor ao não pagamento de subsídios. O porta-voz do MPLA, Rui Falcão, declarou: "Está claro que em suas propagandas eleitorais querem distorcer e manipular e é isto que eles fizeram com os ex-soldados". Pouco antes da votação a UNITA realizou um comício com aproximadamente 5 mil pessoas em Luanda, conclamando para que as eleições fossem livres e justas. A quantidade de participantes influ-

se por grupos de jovens que não se satisfizeram com o pronunciamento do Presidente José Eduardo dos Santos, que anunciou medidas para melhorar o acesso à educação superior e a diminuição do desemprego. Protestos em massa por ex-soldados, esperados para o dia das eleições, não se materializaram.

Apelos internacionais pela libertação de manifestantes abduzidos

A Anistia Internacional e o Comitê Internacional de Juristas (ICJ, sigla em inglês) condenaram o rapto de dois veteranos de guerra que estão desaparecidos desde o fim de maio. Antônio Alves Kamulingue e Isaias Sebastião Cassule, ambos manifestantes anti-governamentais conhecidos, foram sequestrados por um grupo de homens vestidos em trajes civis, enquanto se preparavam para participar de manifestações que iriam demandar ao governo de Angola o pagamento de suas aposentadorias e salários. A Anistia Internacional teme que os sequestradores podem ser agentes estatais.

Ambos a Anistia Internacional e o ICJ fizeram um apelo ao governo para que os dois homens sejam libertados se estiverem sob custódia das autoridades, caso não forem acusados de uma ofensa criminal existente. No início de setembro a Anistia Internacional lançou uma campanha de cartas a serem enviadas ao presidente José Eduardo dos Santos.

Assistência e Desenvolvimento

A erradicação da poliomielite ao alcance

Esforços do governo e de ONGs para impedir a transmissão da poliomielite têm resultado em uma redução de casos, de 33 em 2010 para nenhum caso registrado desde julho de 2011. Em 10 de agosto Angola comemorou um ano sem nenhum novo caso.

Em anos recentes, Angola empreendeu um empenho coordenado para melhorar a vigilância da doença, expandir a imunização e aumentar o acesso à água potável e saneamento. A última campanha de imunização em massa ocorreu no final de junho e atingiu 95 por cento do público-alvo, segundo dados de monitoramento independente. Milhares de trabalhadores da área da saúde e voluntários foram deslocados para avenidas, mercados, pontos de distribuição de água e de porta em porta para vacinar crianças abaixo de cinco anos de idade.

Evelize Fresta, vice-Ministra da Saúde, declarou: "Esta realização reflete a liderança e compromisso do governo, que contribuiu com aproximadamente 89 por cento dos custos operacionais das campanhas contra a poliomielite. Também demonstra o impacto do nosso investimento em fortalecer o acesso aos serviços de saúde primários". Angola havia eliminado a poliomielite entre 2001 e 2004, mas desde que a doença re-emergiu em maio de 2005, ela se espalhou para a Namíbia, República Democrática do Congo e a República do Congo.

Governo e ONGs respondem à crise de alimentos

Mais da metade de Angola continua a ser atingida pela pior seca a atingir o país nos últimos anos, com cerca de 1,8 milhões de pessoas passando fome. Segundo o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o índice pluviométrico registrou somente 60 por cento da precipitação esperada para o período, resultando em uma redução estimada de 400 mil toneladas na produção agrícola.

De acordo com projeções governamentais, 500 mil crianças abaixo dos cinco anos de idade poderão sofrer desnutrição aguda nas dez províncias mais afetadas pela seca, incluindo Huambo, Bengo, Kwanza Sul, Benguela, Huila, Namibe, Cunene, Moxico, Bie e Zaire.

O governo, apoiado por ONGs locais e internacionais, está iniciando uma operação, aumentando o número de centros de alimentação terapêuticos e instituindo avaliação de desnutrição massiva nas dez

províncias mais afetadas. O governo estima que dois mil ativistas da saúde comunitários terão recebido treinamento até o início de novembro para poderem identificar a desnutrição e aconselhar sobre medidas a serem tomadas.

Dra. Adelaide Carvalho, Diretora Nacional de Saúde Pública do Ministério da Saúde, disse: "Nosso objetivo é assegurar uma resposta imediata e efetiva em todas as áreas mais vulneráveis, mas também é imprescindível introduzir mecanismos, instrumentos e iniciativas que preparem o terreno para termos resiliência das famílias no longo prazo para protegermos as crianças contra a desnutrição".

Governo anuncia US\$17 bilhões de investimento no setor elétrico

No dia 22 de agosto o Presidente José Eduardo dos Santos inaugurou a barragem hidrelétrica do Gove, com capacidade de geração de 60 megawatts, na província de Huambo, dizendo que o projeto de US\$279 milhões foi uma "vitória para os Angolanos". A construção da barragem teve início originalmente em 1969, mas foi paralisada durante a guerra. Em 1990 ela foi parcialmente destruída; a reconstrução foi retomada em 2001.

Dias antes da eleição, o Presidente José Eduardo dos Santos utilizou a ocasião para anunciar planos de investimentos de mais de US\$17 bilhões na geração e transmissão elétrica até 2016, para ajudar a desenvolver a indústria e criar empregos. O financiamento virá do orçamento nacional e de empréstimos retirados pelo estado. Em seu pronunciamento em Huambo, ele disse que "A maior oferta de energia elétrica é um fator de justiça social que considero da maior importância, porque hoje é a população mais carente, que não tem recursos para comprar um gerador, a mais prejudicada pela falta dessa energia".

A geração da eletricidade em Angola permaneceu inconstante desde o final da guerra, a despeito da realização de grandes investimentos. O conflito de 27 anos destruiu grande parte da infraestrutura do país, incluindo plantas de geração e transmissão de energia. Somente trinta por cento da população tem acesso à eletricidade, além dos que podem arcar com os custos de geradores utilizados durante os apagões longos e regulares. A debilitada distribuição de energia tem restringido planos para diversificar a economia para além da produção de petróleo. O acesso à energia foi um tema importante durante a campanha eleitoral; em dezembro de 2011, o Presidente José Eduardo dos Santos exonerou a Ministra da Energia e Águas, responsabilizando-a pelo mau desempenho do setor.

Merck doa laboratórios compactos móveis para testar medicamentos

A farmacêutica alemã Merck doou dez laboratórios compactos móveis para a detecção de medicamentos falsificados ao Ministério da Saúde no início de agosto, para apoiar esforços governamentais neste empenho. O Ministro da Saúde, José Vieira Dias Van-Dúnem, declarou que "Os medicamentos falsificados representam uma séria ameaça aos cuidados de saúde em muitos países, e aqui em Angola também... Daí estes Minilabs serem uma contribuição valiosa para o apoio ao controle de qualidade dos medicamentos". A utilização dos laboratórios poderão resultar em um aumento nas compras de medicamentos de produtos farmacêuticos, após prometer um foco renovado sobre a administração do serviço.

As matérias no Monitor de Angola não refletem necessariamente qualquer posição previamente acordada pelo ACTSA.